

O desafio educacional, de Florestan Fernandes

*Antônio Luís Risso¹
Sandra Regina Gomes²
Carlos Bauer³*

Resumo

A obra de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro (1920-1995), é bastante vasta. Sua produção intelectual compreende mais de 50 títulos, abrangendo temas culturais, políticos, sociais, entre os quais figuram obras como “A organização social dos tupinambás”, “A integração do negro na sociedade de classes”, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, “Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos” e “A revolução burguesa no Brasil”. Contemplando também temas educacionais, podemos encontrar, além de “O desafio educacional”, “A universidade brasileira: reforma ou revolução”, “A questão da USP” e “Educação e sociedade no Brasil”. O presente artigo preocupa-se em refletir sobre a importância histórica de “O desafio educacional”, editado pela Cortez e Editores Associados, em 1989, na construção da práxis contra-hegemônica na educação brasileira.

Palavras-chaves: Florestan Fernandes; desafio educacional; contra-hegemonia; história da educação.

Abstract

The work of Florestan Fernandes, a Brazilian sociologist, (1920 - 1995), is quite broad. His intellectual output comprises more than fifty titles, including cultural issues, political, social, which include works such as The social organization of Tupinambás, The Integration of Blacks in a Class Society, Class Society and Underdevelopment, Dependent Capitalism and Social Classes in America, In pursuit of Socialism - last writings e other texts- and The

¹ Especialista em Gestão Educacional. Assessor pedagógico do Colégio de Aplicação Pio XII, unidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: risso@puc-campinas.edu.br

² Mestre em Educação. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). E-mail: sanregsanreg@uol.com.br

³ Pós-doutorado em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/UNINOVE). E-mail: carlosbauer@uninove.br

Bourgeois Revolution in Brazil. Contemplating also educational themes, we find, in addition to The Educational Challenge, Brazilian university: reform or revolution, The question of USP and Education and Society in Brazil. This article is concerned with reflecting on the historical importance of The educational challenge, edited by Cortez e Associate Editors, in 1989, the construction of counter-hegemonic praxis in Brazilian education.

Keywords: Florestan Fernandes; educational challenge; counter-hegemony; history of education.

Resumen

El trabajo de Florestan Fernandes, sociólogo brasileño (1920 - 1995), es muy amplio. Su producción intelectual comprende más de cincuenta títulos, incluidas las cuestiones culturales, políticas e sociales, entre los cuales son obras como La organización social de Tupinambás, La integración de los negros en una sociedad de clases, La sociedad de clases y el subdesarrollo, El capitalismo dependiente y las clases sociales en América Latina, En busca del socialismo - los últimos escritos y otros textos- y la Revolución burguesa en Brasil. También incluye los temas educativos, e podemos encontrar, además del Desafío educacional, La universidad brasileña: reforma o revolución, La cuestión de la USP y Educación y Sociedad en Brasil. En este artículo se refiere a la reflexión sobre la importancia histórica de El desafío educacional, editado por Cortés y Editores Asociados, en 1989, en la construcción de la praxis contra-hegemónica en la educación brasileña.

Palabras clave: Florestan Fernandes; el desafío de la educación; lucha contra la hegemonía; historia de la educación.

Introdução

O objetivo último da educação escolarizada não está em 'fazer a cabeça do estudante'. Mas em inventar e reinventar a civilização sem barbárie.
(Florestan Fernandes)

A obra de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, (1920-1995), é bastante vasta. Sua produção intelectual compreende mais de 50 títulos, abrangendo temas culturais, políticos, sociais, entre os quais figuram obras como: “A organização social dos tupinambás”, “A integração do negro na sociedade de classes”, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, “Em busca do socialismo – últimos escritos & outros textos” e “A revolução burguesa

no Brasil”. Contemplando também temas educacionais, podemos encontrar, além de “O desafio educacional”, “A universidade brasileira: reforma ou revolução”, “A questão da USP” e “Educação e sociedade no Brasil”.

O presente texto centra-se sobre “O desafio educacional”, editado pela Cortez & Editores Associados, publicado nos idos da década de 1980. Compõe-se de duas partes, em textos que paulatinamente dão uma biografia de seu autor. A primeira delas aborda “a crise do ensino: contrastes do crescimento sem democracia”; a segunda, “o professor e a transformação do concreto”. O livro, segundo o próprio autor, reúne artigos em que a mensagem aparece como proposta de esclarecimento de processos interrompidos de mudança educacional, em que:

[...] o mais importante não é a opinião do autor, mas o contexto histórico, os problemas e dilemas educacionais, as contradições pedagógicas de uma sociedade capitalista periférica tencionada por processos históricos que requerem o socialismo (p. 9).

Enfim, “[...] da educação como meio de auto-emancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores” (p. 10).

O desafio educacional

Dada à peculiaridade da obra – textos avulsos publicados até 1989 –, optamos por apresentar os principais eixos temáticos que, em nosso julgamento, são norteadores do debate educacional ali apresentado: a futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação a partir da Constituição de 1988, a universidade e o debate sobre a educação pública no contexto de luta dos anos da década de 1980.

Já no prefácio do livro, o autor revela sua condição de não especialista da educação, mas sempre tendo o tema como parte de suas cogitações intelectuais e sua participação no processo de transformação da universidade brasileira, desde 1960 – instituição que surgiria no Brasil “[...] quando a América espanhola já promovia célebres reformas da universidade” (p. 9).

O autor considera que a Constituição de 1988 apresenta deficiências na parte relativa à educação, por meio de textos e entrevistas, nos quais recompõe um cenário que se estende de 1930 a 1989 – portanto, desde a 2ª República até a Nova República. Lembra o papel dos pioneiros da Educação Nova em meio à revolução que se processava, de cima para baixo, e que se expressaria na vitória da Aliança Liberal, no Estado Novo, no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e no governo Goulart. Os pioneiros defendiam um ensino laico, livre, descentralizado e submetido a normas gerais de caráter nacional e a democratização da educação, embora sendo mais um “[...] desnivelamento de privilégios educacionais que uma consolidação progressiva da distribuição das igualdades educacionais e do livre acesso a todos os graus e níveis do ensino” (p. 30). “Pensavam ser viável uma revolução burguesa na área da educação, ilusão que muitos tiveram e ainda hoje muitos de nós cultivam” (p. 127). Para Florestan Fernandes, esse ideário reaparece em 1960, no debate sobre as reformas de base, em especial sobre a reforma universitária.

Avalia, assim, que a chamada Constituição Cidadã teve avanços ao desvendar um bom sistema de referências, mas manteve a privatização do público (conceito difundido por Anísio Teixeira); não alicerçou as bases de um sistema público de ensino, de pesquisa e tecnologia, de renovação da cultura cívica e de pluralização ideológica “que permitisse falar em ‘extensão’ e em tarefas práticas na crítica social”; permitiu um vasto campo à dissipação de recursos públicos pela iniciativa privada leiga e confessional; endossou a continuidade das decisões no tope governamental dos sistemas municipais, estaduais e federais de ensino; conteve a democratização interna nas escolas e nos centros de pesquisa e, enfim, deixou de lado o que representa a produção original para a emancipação de uma nação capitalista dependente.

Convém lembrar que, como “O desafio educacional” é uma obra de 1989, seus artigos se antecipam em aproximadamente sete anos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96.

O autor defende a conversão do Conselho Federal de Educação em conselho de professores e de outros representantes das entidades de ensino; a criação de um Conselho de Desenvolvimento Nacional do Ensino para dinamizar o Plano Nacional de Educação, reciclado a cada dois anos por

entidades capacitadas com formas e conteúdos definidos a partir de baixo – órgão técnico de planejamento democrático da educação escolarizada; a inserção do trabalho produtivo em todos os níveis da educação escolar como fator de socialização humana (trabalho produtivo entendido como fator de socialização crítica libertária, igualitária e democrática do ser humano – numa concepção pedagógica socialista); definição “do que” e “como” aproveitar – em cada nível de ensino – as potencialidades pedagógicas do trabalho produtivo, evitando que a mudança consolide e amplie a servidão da escola à dominação de classe da burguesia e ao predomínio da ideologia capitalista no ensino como elemento dinâmico de reprodução da ordem existente.

Na perspectiva de conceber uma revolução educacional, propõe que o ensino assuma um sentido descolonizador e emancipador da pessoa do educando, do corpo de estudantes e professores, e combata a opressão dos “de baixo” e dos estudantes, dentro da escola para a autonomia cultural e pedagógica destes, do professor, da escola e do país.

Retomando princípios dos pioneiros da Educação Nova – à frente dos quais figuravam Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo –, Florestan Fernandes lembra pontos essenciais do ideário dos escolanovistas para a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases, que considera ainda atuais e modernos, combinando várias antíteses:

Estado democrático e fim da educação como privilégio; federação e descentralização com unidade do sistema educacional federal e nacional; liberdade de ensino como liberdade do professor; educação das massas dos cidadãos em uma República democrática e educação do príncipe em uma Monarquia; laicidade em contraposição à hegemonia ideológica confessional no ensino público; gratuidade do ensino público e democratização da educação escolarizada (e, por conseguinte quebra do monopólio da cultura pelas elites das classes privilegiadas) (p. 28).

E acrescenta:

Ao ler o *Manifesto dos educadores*, vê-se que o grande componente sociológico desse documento está na tentativa

de transferir para o Brasil os ritmos avançados das sociedades europeias. Era como se a Revolução Francesa desabasse sobre nós, no plano educacional, sem ter desabado no plano econômico e político. Portanto, uma consciência utópica, mas uma consciência articulada (p. 161).

Dessa forma:

As diretrizes visam a coordenar o desenvolvimento educacional e cultural acelerado, através de escolas e centros de pesquisa científica e técnica que funcionem com o máximo de liberdade e sem cerceamento da imaginação da capacidade inventiva (p. 41).

Na qualidade de membro do Congresso Nacional Constituinte, Florestan Fernandes, como intelectual, projetava uma perspectiva para educação brasileira articulada com a consciência das potencialidades econômicas do país. Suas manifestações naquele foro político também se fundamentaram em dados quantitativos, que denunciaram o desequilíbrio entre os vários níveis da educação, com forte tendência à elitização (Apêndices). Assim, conclui que:

[...] a educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação. Portanto, pode representar um fator de difusão da ignorância e do atraso cultural. Com esses mecanismos e um sistema escolar injusto e inócuo, há reprodução do sistema de desigualdade, da concentração da riqueza, de poder e de dominação. Essa a função do nosso sistema tal qual (p. 126-127).

Assumindo essa posição, Florestan Fernandes parece não ver a educação como reprodução da sociedade:

O filho do trabalhador não pode ser submetido a uma reprodução sistemática, ou seja, a escola reproduz o

trabalhador através de seus filhos. É preciso quebrar esse elo. É preciso que o trabalhador encontre condições de auto-emancipação intelectual, cultural e política e que, portanto, seja tirado desse nexo através do qual o trabalhador é incorporado à reprodução da ordem do modo de produção capitalista (p. 150).

Entretanto não coloca a educação como elemento redentor e responsável por uma revolução socialista, pois:

[...] o socialismo, *como um sistema pedagógico*, só pode existir depois da vitória da própria revolução proletária [...]. Só aí poderia haver uma pedagogia socialista como filosofia oficial e geral da organização do sistema educacional (p. 151. grifo nosso).

Embora não seja tema da obra, talvez caiba aqui discutir a questão da educação – seu estatuto e lugar efetivos, que nos acomodamos a assentir que seja o da escola. Entretanto, é preciso considerar que a ação educativa – como socialização política do trabalhador – está presente em outras instâncias e instituições (de modo explícito ou latente), entre os quais figurariam, primeiramente, o partido político e, depois, o sindicato operário desde que com caráter libertário e socialista (p. 152). Florestan Fernandes lembra que “apesar das transformações da estrutura da sociedade capitalista atual” (assumindo a voz dos “principais analistas da situação contemporânea” embora sem citá-los):

O neocapitalismo possui contradições que só podem ser resolvidas através de uma revolução socialista, *que poderá não ser especificamente proletária*. A importância relativa do proletariado pode diminuir, mas surgem outros tipos de trabalhadores, inclusive trabalhadores intelectuais, que acabam sendo as forças reais do movimento revolucionário, como, por exemplo, aconteceu na França de 1968. Portanto, o problema da revolução socialista não é um problema que se esgote com a capacidade que o capitalismo tem de absorver o proletariado nativo e de

submetê-lo a padrões mais ou menos conformistas de adaptação à ordem (p. 152. grifo nosso).

Outro tema que ocupa bom espaço da obra é o da universidade e, por extensão, do professor. Aponta o surgimento da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política, cuja concepção intencionava a produzir quadros para suas elites culturais como elementos “de dominação ideológica, administrativa e política” necessários à modernização da sociedade brasileira.

Parte do pressuposto de que a universidade está em crise no mundo e que, no capitalismo monopolista, perde o monopólio e reduz os papéis criativos do universitário que se torna “especialista” e “profissional”, com consequente fuga para o radicalismo abstrato.

Para o autor, nos países da transição para o socialismo, a universidade é concebida como instrumento de superação do atraso cultural e de competição com as potências capitalistas hegemônicas, com saltos quantitativos e qualitativos (p. 83) e também com viés utilitário que a desviou de seus fins cruciais.

Defende que, aqui, a expansão comprometeu a descolonização viável antes com pequenos números de universitários. Em meio repressivo, perdeu a autocrítica e incentiva a indiferença e a fixação no exterior.

Adere à internacionalização, deslocando para o plano ideal e abstrato a confrontação crítica com a sociedade, perdendo densidade e substância como se a história a partir de dentro fosse extemporânea e marginal (p. 82-85).

Partindo do episódio de 1969 na USP, em que se projetou uma lista dos improdutivos, questiona alguns modelos – “a universidade gerontológica e do despotismo docente”, a universidade para o desenvolvimento, ancila da indústria e dos interesses empresariais – e defende que as respostas da universidade às mudanças econômica, cultural e política devem conter múltiplas polarizações, inclusive os interesses e as necessidades dos de baixo, portanto uma universidade plurifuncional e crítica, “[...] voltada para

si mesma, mas, também, para fora, para toda a sociedade civil e sua revolução democrática” (p. 88).

Atento ao significado da avaliação, na instituição universitária, entendendo essa instituição como fator de revolução histórica dos critérios axiológicos de compreensão do mundo e de sua transformação, analisa as implicações da avaliação interna quantitativa e qualitativa (implicando os pares docentes, estudantes, funcionários e órgãos especiais externos) e da avaliação externa que, “[...] numa sociedade de classes, tida como envolvendo grandes massas heterogêneas e em conflito” é muito complexa (p. 89).

Um terceiro importante tema da obra retrata os cenários trabalhistas da categoria dos professores do sistema público do estado de São Paulo. Esse tema está vinculado ao debate da exclusividade das verbas públicas para o financiamento da educação pública:

[...] sob a ditadura militar (e a partir de antes, por efeito da LDB aprovada em 1962), encetou-se uma política que incentivava a obsolescência e o declínio dos sistemas públicos de ensino. Agora, trata-se de inviabilizar o processo inverso. Além disso, dada a carência de escolas, em todos os níveis e graus, a necessidade de implantar aos poucos um ensino de qualidade e de tempo integral (p. 45).

Mas a qualidade do ensino esbarraria no tratamento pragmático (p. 59) dado por governos a questões salariais, a organismos como a FAPESP, a CAPES, a FINEP e o CNPq e às universidades públicas, cujos cursos registravam na época decréscimos.

O livro ainda apresenta considerações sobre a politécnica na educação, defendendo ser a “escola única” uma mistificação ideológica. Entretanto propõe para a formação e desenvolvimento da personalidade: professores companheiros (não mentores / mestres autoritários a serviço da reprodução da ordem existente); jornada educacional prolongada para o dia todo; trabalho produtivo (não trabalho simulado); enfim, uso das mãos, do corpo, da inteligência para produzir de modo real.

Por último, ainda tratando da Assembleia Nacional Constituinte, o autor afirma que esta “[...] não podia tomar uma atitude leviana, equívoca,

fugidia” (p. 127). A Subcomissão e a Comissão que trataram da educação sucumbiram ao peso dessas tarefas – garantir a todos igualdade efetiva das oportunidades educacionais; orientar a formalização de valores não incorporados do exterior com a difusão das instituições escolares; assumir o caminho de nossa autoemancipação pedagógica em escala nacional.

A condição de sociólogo e de representante eleito – seja na Assembleia ou na Câmara Federal – assegura ao autor uma visão ampla do cenário político e das condições necessárias de realização de uma educação socialista, evitando ilusões, de um lado, e não incorrendo em ceticismo, de outro, projetando duas regras imperativas:

Acabar com a exclusão do oprimido e varrer de seu corpo e de sua cabeça a aprendizagem que o socialize para ser um cidadão de segunda ou terceira categoria (ou um ser privado da consciência e da prática da cidadania); fazer da integração à escola o centro de uma liberação crítica e total, que incentive a descoberta do *eu* e do *nós coletivo* do futuro trabalhador, como integrante de sua classe social (p. 263).

E combinando igualdade com liberdade “para que o destituído adquira uma concepção ética do mundo e aprenda que está a seu alcance fugir às regras do jogo, tornar-se socialista e agente histórico da transformação da sociedade” (p. 263).

Considerações finais

A atualidade das questões levantadas por Florestan Fernandes nos remete a refletir sobre nosso papel na busca de uma pedagogia original inspirada em nossa realidade, não cedendo à importação de pacotes e modelos externos, característicos da história de nossa educação tão fadada aos modismos e estrangeirismos!

Para nós, que atuamos na esfera educacional, sedentos de compreender a construção da história da educação brasileira sob o prisma de uma perspectiva contra-hegemônica e radicalmente transformadora da realidade social, essa obra, coletânea de escritos de uma práxis do intelectual

militante, é de imprescindível valor. Por meio desse livro, encontramos um interlocutor e porta-voz de segmentos sociais que, na experiência histórica, permaneceram sob o jugo da opressão. Embora não se colocando na condição de educador, anuncia uma nova pedagogia, em alusão a Paulo Freire; não uma pedagogia dos oprimidos, mas a da desopressão, da liberação dos oprimidos; enaltece a cultura cívica; defende a escola pública e a categoria docente em sua atuação política.

Assim, ao retomarmos essa obra, também estamos tendo a oportunidade de reconhecer o formidável legado político e intelectual de Florestan Fernandes e localizá-lo entre os autores que são indispensáveis a todos aqueles que procuram compor as fileiras do projeto contra-hegemônico na sociedade brasileira. Seus escritos nessa obra, como em tantas outras, não se restringe ao universo educacional, mas estão fundados num amplo escopo teórico, referências político-sociais e perspectivas de ações dos trabalhadores que permitem formular uma gama de análises essenciais aos que têm como compromisso a compreensão e a transformação revolucionária da realidade brasileira.

Florestan Fernandes traz em seus escritos as armas da crítica que possam desvelar e ousar o rompimento com o encadeamento do mundo burguês e o seu reificante projeto social, radicalmente contra a ordem, pois, no dizer de Miriam Limoeiro Cardoso (1987, p. 248):

A transformação revolucionária da sociedade burguesa não pode prescindir de uma avaliação correta da dominação burguesa, abrangendo tanto as formas estabelecidas quanto os conflitos criados pela exploração e pelo controle do trabalho por parte do capital. Ao dirigir o pensamento e a pesquisa para tais questões cruciais de uma dada organização/transformação em curso, a busca é a de um conhecimento para ser aplicado na construção prática da transformação da realidade. É a busca da produção de um conhecimento necessário a essa transformação. Essa lição Florestan nos dá.

Sim, essa lição Florestan Fernandes nos dá e dela jamais poderíamos abrir mão!

Recebido em 25/04/2012

Aprovado em 05/06/2012

Referências

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a revolução burguesa no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez & Editores Associados, 1989.